

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

2-D-40

12

Curso.....C-PEM.....

Partido

Solução do...P-III-7 (EN).....

Apresentada por

MARIO AUGUSTO FERREIRA JUNIOR

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19.86.....

OS MILITARES NA POLÍTICA

MARIO AUGUSTO FERREIRA JUNIOR

Capitão-de-Mar-e-Guerra



MINISTÉRIO DA MARINHA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS

1986

MM - EGN
BIBLIOTECA
12/03/1987
N: 445

GN-00001712-1

INTRODUÇÃO

Somente algumas décadas após a formação do Império foi que as Forças Armadas brasileiras puderam tomar consciência de sua força e poder de influenciar os acontecimentos políticos nacionais. Não poderia ser de outro modo porque, até então, a participação do nacional na composição dos quadros das aquelas Armas era inexpressiva.

Além do que, até o final da guerra contra o Paraguai, o envolvimento dos militares nas lutas de consolidação de nossa Independência, e noutras revoltas que eclodiram no decurso dos anos imperiais, canalizou as motivações desses militares para o lado estritamente profissional.

A partir do término daquela Guerra, durante o final do Império e por todo período republicano, a História mostra uma presença muito marcante de nosso Exército na política, nos momentos mais agudos de crises. Esse envolvimento tem sido analisado, com elevado grau de detalhamento, em trabalhos de "brasilianistas" como Alfred Stepan e Thomas Skidmore.

O presente ensaio procura abordar o papel denominado de "moderador", que envolve o relacionamento dos militares com a sociedade civil política brasileira, analisando suas origens e algumas de suas características mais relevantes até 1964, ocasião em que ocorreu a ruptura desse modelo.

Para um melhor encaminhamento da análise procurou-se, inicialmente, apresentar uma síntese histórica dos principais momentos em que as ações intervencionistas militares fizeram-se presentes, associando-as ao contexto político de cada evento.

BREVE HISTÓRICO DO ENVOLVIMENTO MILITAR BRASILEIRO NA POLÍTICA

O Exército, após a guerra contra o Paraguai (1870), passou a desfrutar de um prestígio que lhe era negado, até então, por uma sociedade que se organizava segundo valores civis.

A Monarquia considerava o poder militar como o braço armado do poder político e, por conseguinte, sujeito a seu controle. Apesar de fortalecido e modernizado, continuava marginalizado pela aristocracia, verdadeira detentora do poder, daí surgindo contestações e atritos com o governo. As chamadas "questões militares" decorreram, na maior parte das vezes, de atos governamentais de punições de militares, por efetuarem pronunciamentos políticos que lhes eram proibidos pelas leis do Império.

Além disso, começou a admitir-se entre os militares a idéia de que só o Exército poderia salvar o país da crise econômica, dos problemas sociais e da corrupção político-eleitoral. Essa idéia difundiu-se a partir da noção de "soldadocidadão", superior ao elemento civil no que dizia respeito aos ideais patrióticos, e passaria a ser usada como justificativa à intervenção do Exército no governo, quando este não se mostrasse capaz.

Já quase ao final do século, defendendo as idéias republicanas: o ideal de "Salvação Nacional" e de "Ordem e Progresso", os militares do Exército se uniram aos cafeicultores do oeste paulista e a representantes das classes médias urbanas para derrubar o Império.

O domínio político do Exército fez-se sentir, pela primeira vez, nos dois governos de militares que assumiram o poder após 1889. Contudo, a composição do poder era heterogênea e já trazia em si o germe de disputas políticas entre

grupos civis e militares. O grupo cafeicultor passara a ver o governo como mero instrumento de defesa de seus interesses econômicos, malgrado o fato de que ainda estavam atrelados aos interesses do comércio internacional.

Disputas internas possibilitaram a ascensão ao poder da elite política civil do centro-sul agrário. Foi o período da República das Oligarquias, caracterizado pelo domínio exercido pelos grandes proprietários de terra - os "coronéis" - herdeiros do poder dos antigos "barões do Império".

Uma das características mais marcantes dessa Primeira República foi uma espécie de situacionismo permanente, processo acentuadamente continuísta, forjado pela ação política do sistema oligárquico, conduzido pelos "coronéis" e pelos partidos políticos por eles influenciados. O significado disto era que, uma vez conquistado o poder, a facção situacionista só poderia vir a ser removida por uma ação violenta, uma vez que o jogo eleitoral passava a ser manipulado e fraudado pelo governo. Na Presidência da República, sem nenhuma exceção, o candidato da situação venciam sempre. São Paulo e Minas Gerais detiveram, a partir do governo de Prudente de Moraes (1895), quase que exclusivamente o poder absoluto da política brasileira (política do "café-com-leite"), só não o fazendo num momento de crise quando não foi possível o acordo paulista-mineiro.

Durante esse período, ocorreu no Exército um relativo afastamento da política, ao mesmo tempo em que se processou uma série de transformações no quadro de seus oficiais, a partir do ingresso de muitos elementos oriundos da classe média. Estes, com um crescente sentido de profissionalização, passaram a constituir um grupo coeso (tenentes) que tendiam a apresentar-se como porta-vozes dos interesses mais gerais e populares, ao contrário da alta oficialidade, melhor identificada

*Henrique de Faria Pedro 1º grupo, estagiário no Exército Militar
voluntário "jornal tenente" e jornalista e literato pela profissionalização da
política e pela sua atuação das lutas políticas justicistas. (ver 26.5º ed.)*

com as oligarquias civis.

Para os oficiais superiores, o Exército deveria ser mantido apolítico, como guardião do regime. Para os tenentes, caberia-lhe-ia um papel reformista-modernizador, que só poderia ser obtido com um quadro de tecnocratas apolíticos, não comprometidos, e com um senso inflexível de missão nacional. Nesse sentido, havia uma identificação com as aspirações da classe média e do proletariado urbano.

*Ver as ideias dos Tenentes" no
Apostila vol*

O movimento político denominado "tenentismo", marcou a década de 20 como uma força contestatória. Suas lutas, iniciadas em 1922 com a Revolta do Forte de Copacabana, estenderam-se até 1929, na agonia do regime.

O caldeirão político civil-militar entrou em ebulição em 24 de outubro de 1930, quando os militares, para evitar o desdobramento de uma guerra civil que se iniciara, depuseram o Presidente Washington Luís, impedindo-o de dar posse a Júlio Prestes, candidato do governo que vencera Getúlio Vargas num pleito eleitoral controvertido. Pela primeira vez, após a proclamação da República, o candidato situacionista não chegava à Presidência, em virtude de uma ação violenta.

Uma junta militar assumiu o governo provisoriamente e, como o ambiente não favorecia sua perpetuação no poder, dez dias após o passou a Getúlio.

Essa assunção do controle do governo pelos militares, num grave momento de crise na vida política nacional, vai marcar uma posição que viria a tornar-se cada vez mais familiar na subsequente história do Brasil, qual seja, o papel dos militares como árbitros finais da política interna.

O período que se seguiu até 1937 foram anos conturbados, marcado pela Revolução Constitucionalista de 1932 e o Levante Comunista de 1935.

Apesar de haver sido promulgada uma constituição em 1934,

a habilidade política de Getúlio, na manipulação de um grupo extremo contra o outro, produziu nas mentes dos militares e da classe média um profundo pessimismo quanto à viabilidade de uma política liberal.

O temor ao comunismo, aliado ao controle sobre os militares através do poder centralizado de promoção e designação para onde deveriam servir, permitiram a Getúlio o pleno apoio dos oficiais superiores do Exército à ampliação cada vez maior de seus poderes, já que o regime autocrático parecia ser a única solução para a crise política, tendo em vista que a livre competição entrara em falência e se tornara perigosa à unidade e segurança nacionais.

A mudança da "maré" da guerra e o alinhamento do Brasil com os Aliados já não favoreciam a manutenção do regime do Estado Novo que se instalara. Um novo pleito eleitoral fora marcado, porém o comportamento dúbio de Vargas, ao se aproximar a data das eleições, dividiu a classe política e provocou profundas suspeitas na classe militar, agora mobilizada à restauração de uma democracia.

Como ocorreram anteriormente nos momentos de crise, mais uma vez os militares, por um ato de força, tornaram-se os imediatos guardiões do poder para, em seguida, transferi-lo aos civis.

Nos anos que se séguiram, os militares ainda intervieram na política em 1954, 1955 e 1961, representando sempre o papel de árbitros ou moderadores do sistema político, até a ruptura desse padrão em 1964.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DE ALGUNS ASPECTOS DA ESTRUTURA MILITAR

Algumas escolas ou analistas políticos tentam defender a idéia de que a instituição militar, em decorrência de suas

características estruturais, constitui um segmento isolado da sociedade que não interage com outros grupos sociais, mas que age contra eles. Outros admitem que essa condição de isolamento a torna imune às tensões e interesses que dividem a sociedade. Destarte, os militares seriam capazes de representar uma força unitária e integradora dentro da sociedade, que os manteria acima de interesses faccionais.

Opondo-se a este posicionamento, Stepan concebe que na maioria dos países em desenvolvimento a instituição militar não é imune às tensões existentes na sociedade civil, as quais se transferem ao ambiente da caserna e faz com que o militar se coloque como um elemento da política capaz de transformar tensões latentes em crises abertas (6:14).

Mesmo em países desenvolvidos, os militares procuram orientar suas ações no sentido de maximizar sua influência na política e na sociedade. Se as instituições políticas são sólidas, a ação militar é exercida para aumentar sua influência na esfera da segurança nacional. À medida em que essas instituições enfraquecem, sua ação começa a se fazer sentir num crescente envolvimento com o sistema político governamental e, até mesmo, no exercício do próprio governo.

O estreito envolvimento das Forças Armadas (FA) brasileiras com a política na história da República confirma a idéia de que os militares não constituem um grupo isolado dentro de nossa sociedade, mas tiveram uma participação ativa no cenário político nacional.

A estrutura de recrutamento, a dimensão do efetivo, a composição social da oficialidade e parâmetros organizacionais são alguns dos aspectos que guardam estreito relacionamento com a controvertida questão da unidade e isolamento da instituição militar.

Se o serviço militar fosse cumprido idealmente, tal co

mo concebido pela Constituição, as FA deveriam congregar em seus quadros uma parcela representativa de todos os segmentos sociais e regionais, capaz de agir como força integradora e de inculcar em cada um de seus membros um sentimento de identificação nacional que estivesse acima de suas diferenças.

A realidade, porém, é que os critérios de recrutamento são seletivos, orientados mais para os aspectos de economicidade, do que resulta, em última análise, na obtenção de homens oriundos do meio urbano, tecnicamente mais instruídos e de áreas próximas a cada guarnição militar. O reflexo dessa política é que se corre o risco de esses homens não desenvolverem um sentido de integração nacional mais forte. Nos conflitos de 30 e 32 chegou-se à guerra civil e em 1961, no III Exército, temeu-se pela lealdade das tropas às suas raízes locais.

A crença, discutível, de que em países democráticos em desenvolvimento, a estabilidade política estaria condicionada aos efetivos militares é contestada numericamente nos estudos de Stepan que considera certas variáveis políticas - a fraqueza do regime ou a carência de sua legitimidade, como condicionantes de maior peso a uma intervenção militar (6:21).

A unidade militar, traduzida pelo consenso da oficialidade, especialmente dos que exercem a chefia ou a liderança, sofre o efeito do fracionamento das unidades do Exército pela grande extensão territorial brasileira, cuja consequência é o enfraquecimento da unidade de Comando. A história do intervencionismo militar no Brasil tem mostrado uma relação estreita entre o sucesso das ações e a obtenção de um consenso.

O "PADRÃO MODERADOR" NAS RELAÇÕES CIVIL-MILITAR NO BRASIL

No jogo político do poder a questão básica colocada di

ante das elites civis governamentais é a forma de manter as FA como instrumento da política e manutenção da ordem interna e, ao mesmo tempo, controlá-las, de modo a garantir que não usurpem o poder.

Esse controle se faz de maneira diferente em cada país, dependendo da forma de governo, do regime político, do sistema de poder, da força e estabilidade de suas instituições políticas. Por exemplo, nos regimes em que o governo é a expressão de um partido único, os militares são altamente politizados e levados a se filiarem e a se submeterem à orientação do Partido. Em democracias politicamente estáveis, procura-se desenvolver um militar apolítico, motivando-o a um alto sentido de profissionalização.

Em instituições políticas fracas, como é o caso brasileiro, é comum que grupos tentem cooptar os militares, envolvendo-os na política, para obter através deles, maior sustentação. Conquanto haja repetido apelo para agirem como moderadores da atividade política, não lhes é dada permissão para alterarem as regras do jogo. Sua tarefa consiste, basicamente, na deposição do Chefe do Executivo e a transferência do poder aos grupos civis alternativos.

Para garantir esse papel, procura-se inculcar no militar o sentimento de ilegitimidade no uso do poder fora das regras tradicionalmente estabelecidas. A aceitação desse papel moderador, por parte dos militares, reside na crença de que possuem, relativamente aos civis, uma capacidade reduzida de governar. Por outro lado, acreditam que, ao processarem a intervenção, foram legitimados nesse ato pela sociedade ou por grupos civis de elevada expressão política.

Dentre os grupos da elite civil que procuram usar as FA como instrumentos de poder destacam-se: o Executivo; os civis que se opõem ao regime; e os civis que concordam com o regime

mas querem controlar as ações do Executivo, conformando-as aos seus interesses.

Quando o Presidente perde o apoio parlamentar ele tenta mobilizar as forças militares como instrumento de pressão contra os grupos oponentes. Exemplos brasileiros podem-se encontrar na instauração do Estado Novo; na possível tentativa de Jânio em ampliar seus poderes em 1961; e na pressão exercida por Goulart para o retorno ao presidencialismo.

As forças que se opõem ao regime também buscam alcançar seus objetivos estratégicos através do poder militar. A derubada da Monarquia, o fim da República Velha em 1930, a extinção do Estado Novo em 1945 e o movimento de 1964 enquadram-se neste segundo enfoque.

Quando as instituições políticas do Legislativo e Judiciário acham-se sob as rédeas do Executivo, e até as eleições são manipuladas pela situação, grupos civis pró-regime buscam obter o apoio militar para controlar o chefe do Executivo, de modo a que retorne a agir dentro da lei.

À época da elaboração de novas constituições o papel político dos militares é levado freqüentemente a debate. No caso do Brasil, as Constituições promulgadas de 1891, 1934 e 1946 eram bastante próximas nas conclusões sobre o papel moderador das FA na política brasileira, atribuindo-lhes a condição de garantes da Constituição, legitimando-os a intervirem no processo político quando o Executivo se colocasse "fora da lei". A história brasileira registra várias vezes o apelo feito pela sociedade civil para que as FA desempenhassem o seu papel constitucional. As Constituições de 1824 e 1937, ambas outorgadas e centralizadoras, excluem de seu texto esse papel.

No período 1945-1964 os militares intervieram cinco vezes na política, das quais duas foram malogradas — 1955 e 1961 e três bem sucedidas — 1945, 1954 e 1964. Nas bem sucedidas do

minava uma atmosfera de ilegitimidade dos atos governamentais e criou-se o consenso no seio militar. Nesses movimentos as ações foram dirigidas a um Presidente em exercício. Em 1955 e 1961, contudo, as ações foram dirigidas a homens eleitos em pleitos legais, que ainda não haviam assumido o poder; não se chegou a formar o consenso da oficialidade militar e da opinião pública.

Ao movimento de 64 é válido indagar-se: por que houve a ruptura do padrão de intervenções anteriores, passando os militares a ser, não mais os moderadores do sistema e sim, os dirigentes da política?

Há extensos estudos que procuram encontrar as explicações para esse fato. Eles se apóiam, algumas vezes, nas influências, pressões e ajuda dos EUA, preocupados com a radicalização do governo Goulart e sua crescente polarização para o comunismo. Outras vezes, eles se voltam para as condições internas, onde, para os civis, havia-se formado uma atmosfera de temores quanto à estabilidade do regime democrático. Pelo lado militar, criou-se sentimentos de desconfiança e insatisfação nas atitudes do governo relativamente à manutenção da unidade de sua instituição. Acresça-se sua perda de credibilidade no poder político em resolver os conflitos econômicos, sociais e ideológicos, agravados no período de 1961 a 1964, e uma mudança no pensamento político trabalhado pela Escola Superior de Guerra.

CONCLUSÕES

O envolvimento das Forças Armadas brasileiras na política fez-se sentir notavelmente a partir da guerra com o Paraguai. Com o advento da República essa participação foi progressivamente tomando forma mais definida, ao se atribuir aos

militares um papel "moderador", pelo qual eles agiriam como árbitros finais entre as facções políticas que competiam entre si nos momentos das grandes crises políticas nacionais.

Nessa ação, ficaria tradicionalmente implícita a idéia de que o intervencionismo não era ilimitado, pois não seria legitimada aos militares a tomada direta ou sua permanência no poder, cabendo-lhes apenas o papel de garantes dos poderes constituídos, ou a deposição do Presidente, quando uma elite política e a opinião pública puzessem em questão sua legitimidade e o seu direito de assumir ou manter o poder.

Para que a ação militar se conformasse a essas regras foi preciso que se desenvolvesse, dentro da própria corporação, um sentimento de confiança, relativamente elevada, na capacidade dos civis de governar e a crença de que os atos de intervenção deveriam ser legitimados por uma elite política civil que não os autorizaria a agirem por conta própria.

As mudanças significativas ocorridas no Brasil após a Segunda Grande Guerra, especialmente no período compreendido entre 1961 e 1964 criaram um cadinho de sérias tensões e instabilidade sócio-econômicas e políticas. Estas, aliadas à avaliação do pensamento político dos militares e ao sentimento de temor quanto ao destino sombrio das instituições militares, abaladas em seus alicerces pelas ações e omissões do governo, foram as principais responsáveis pela ruptura do "padrão moderador" que até 1964 marcou suas relações com a sociedade civil.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Escola de Guerra Naval. Os militares e a sociedade moderna. Rio de Janeiro, EGN, 1982. Painel de estudos apresentado no Curso Superior de Guerra Naval.
2. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Problemas políticos brasileiros. Rio de Janeiro. J. Olímpio, 1975. 223 p.
3. NADAI, Elza & NEVES, Joana. História do Brasil da Colônia à República. 4ª ed. São Paulo. Saraiva, 1983. 269 p.
4. SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil: Império e República. 1ª ed. São Paulo. Moderna, 1982. 116 p. v. 2.
5. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. 7ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982. 512 p.
6. STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro. Artenova S.A, 1975. 223 p.



00017020000745

Os militares na politica

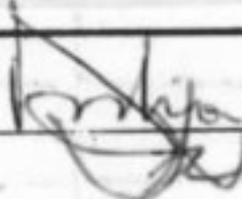
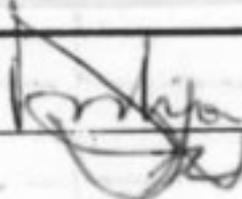
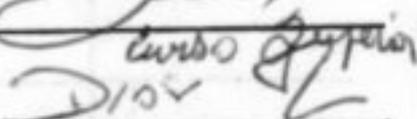
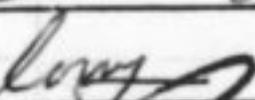
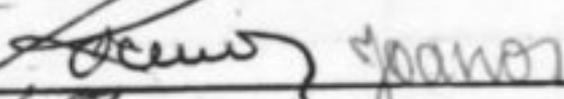
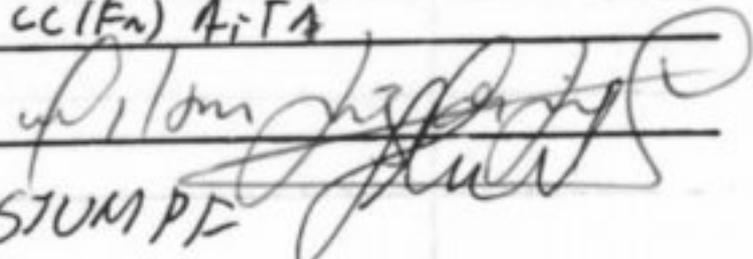
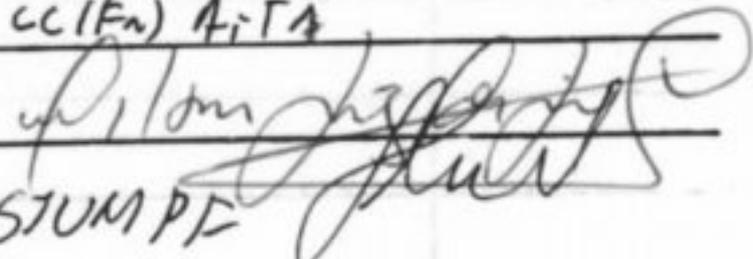
2-D-40

Ferreira Junior, Mario Augusto

Os militares na politica

2-D-40

DEVOLVER NOME LEIT. (745/87)

22 MAI 87	CF BORBA 
16 JUL 89	CMG RADEGA 
19 AGO 90	CMG DAUENA 
19 MAR 91	CC VILLES ^{Curso Superior} 
18 JUL 91	CMG CONDÉ 
17 AGO 91	CMG CONDÉ 
3 SET 92	CC VILLES 
09 DEZ 93	CC VILLES CC GIELANO 
07 JUN 1994	SD. Bamoz (EST) p/ tel Av. Carlos Alberto
14 ABR 1995	CC (En) AITA 
07 ABR 1996	
30 ABR 1996	STUMPE 

RETIROU EM

NOME DO LEITOR

08 MAI 1996

8021/6 FIDELIS

18 MAR 1997

CHIM VASCONCELOS ✓ 9

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA CARIMBADA

22 MAI 87		
16 JUL 80		
19 AGO 90		
19 ... 91		
18 JUL 87		
17 AGO 81		
13 SET 82		
09 DEZ 1993		
07 JUN 1994		
14 ABR 1995		
07 ABR 1996		
30 ABR 1996		
08 MAI 1996		
18 MAR 1997		

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

Ferreira Junior, Mario Augusto

Os militares na politica

2-D-40

(745/87)